

SOUZA, Marcelo Lopes de. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

A PRISÃO E A ÁGORA: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades

Marcelo Lopes de Souza¹

Por
Letícia Giannella
Mestranda em Geografia – PUC-Rio

BREVE SÍNTESE DA OBRA

O livro é dividido em três partes. O papel da Parte I (“A abordagem autonomista do desenvolvimento sócio-espacial e sua fundamentação político-filosófica”) é fundamentar idéias que nortearão a obra, apresentando diferentes significações para, por exemplo, autonomia, democracia e desenvolvimento. Com isto, o autor constrói seu próprio entendimento sobre tais conceitos.

No primeiro capítulo desta Parte o autor questiona o binômio democracia representativa + capitalismo. É aqui que ele aborda pela primeira vez o sistema ateniense de democracia.(de 510 a.C. a 322 a.C.).

¹ Marcelo Lopes de Souza é bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em Sociologia Urbana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutor em Geografia (área complementar: Ciência Política) pela Universidade de Tübingen (Alemanha). Atualmente é professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD). Foi pesquisador visitante nas universidades de Tübingen e Londres, e professor visitante na Universidade Técnica de Berlim.

Escreveu dezenas de artigos e capítulos de livros, publicados no Brasil e no exterior, além de sete outros livros, dentre os quais:

SOUZA, Marcelo Lopes de. O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Com “O desafio metropolitano” o autor foi agraciado com o Prêmio Jabuti, em 2001, na categoria Ciências Humanas e Educação.

O sistema ateniense é um exemplo concreto de democracia direta. Já a democracia representativa significa, para o autor, deixar-se representar, ou seja, alienar poder decisório em favor de outrem, sendo ainda inseparável do Estado-nação capitalista, e pressupõe-se, nela, que os cidadãos são incapazes de decidir diretamente sobre assuntos importantes. Posteriormente, o autor faz uma crítica ao marxismo. Mesmo evidenciando que existem diversas matizes, o autor considera que a sua veia principal é basicamente autoritária e centralizadora, estando longe de significar um processo na direção da autonomia dos povos. Por último, Souza fala sobre a autonomia, sendo uma sociedade autônoma aquela que se auto-planeja, se auto-gere, onde as normas e leis são definidas pelos próprios cidadãos, como na Grécia antiga. A autonomia representa um horizonte, um ideal inacabado a ser sempre perseguido. Os princípios que a acompanham são o da delegação, em vez da representação, e o da descentralização territorial.

No capítulo dois da Parte I, o autor aponta primeiramente para a falsa dicotomia entre concepções economicistas e antidesenvolvimentistas sobre o desenvolvimento, que deveria ser entendido simplesmente como superação de problemas e a conquista de autonomia, ou seja, mudança para melhor das relações sociais e do espaço. É aqui que entra a questão do papel protagonista do espaço na luta por autonomia, estando o desenvolvimento atrelado ao adjetivo *socioespacial*, já que estamos falando de transformações das relações sociais e do espaço social. Vemos que o desenvolvimento não pode ser um fim em si mesmo, sendo, antes de tudo, um processo. A definição dos fins vem do esforço coletivo dos próprios sujeitos históricos auto-organizados. Isto significa que o autor refere-se a uma macroteoria aberta, procedural, onde enfatiza-se um “desenvolver-se” autonomamente.

Assim, Souza parte para a discussão sobre a organização espacial que seria compatível com a autonomia. Sendo uma teoria aberta, não há regras, isto é, não devemos fabricar utopias espaciais, mas sim reconhecer que organizações

esaciais pré-existentes podem se adequar melhor a relações e instituições sociais que representem ganhos de autonomia.

A Parte II do livro – “Lavando-se com água suja”: a democratização do planejamento e da gestão urbanos em uma sociedade heterônoma – começa a esboçar uma sociedade verdadeiramente autônoma. Porém, este seria apenas um rascunho feito com o que é atualmente possível nas sociedades atuais. Neste ponto do livro o autor passa a aplicar a teoria discutida na Parte I em questões mais empíricas e exemplificadoras de suas idéias. Assim, esta é a parte mais densa da obra.

O capítulo um trata do planejamento e gestão urbanos. Ele apresenta a diferença entre planejamento e gestão, esta estando mais ligada a uma cultura imediatista e empresarialista, o que não significa que ela não é importante, mas sim apenas que o planejamento deve ser tão importante quanto. Souza afirma que o planejamento nos possibilita vislumbrar cenários alternativos.

No capítulo dois, o autor escreve sobre a importância da participação popular – que deve ser vista como um fim em si mesma, e não como um meio para se atingir determinado fim – no planejamento e gestão de uma cidade. É importante considerar a diferença entre a participação real e aquela que acaba por servir de maquiagem para um Estado essencialmente heterônimo.

O capítulo três parte diretamente para a empiria. Souza aponta para algumas experiências de planejamento e gestão autônomos (frise-se, dentro de uma sociedade heterônoma), tanto no campo internacional quanto nacional. A experiência brasileira mais bem sucedida e mais bem detalhada no livro é a de Porto Alegre. O grande problema encontrado em todos os municípios estudados pelo autor está no fato de que o processo orçamentário é visto como um apêndice separado do processo de planejamento e gestão das cidades.

O capítulo quatro aborda a questão dos ativismos e movimentos sociais, colocando-os como protagonistas de uma sociedade autônoma. Um movimento social urbano resulta na transformação da estrutura urbana, ou seja, seria uma

modalidade crítica e ambiciosa dos ativismos sociais. O autor disserta também sobre a importância da articulação de escalas para os movimentos sociais, o que permite a junção das grandes questões com uma revalorização do local.

No capítulo cinco, a dimensão espacial dos processos sociais é aprofundada. O autor mostra os vínculos entre espaço social e luta por justiça e direitos, falando sobre a importância de olharmos o espaço enquanto território, já que estamos falando de relações de poder, enquanto lugar (no sentido de espaço vivido/percebido) e enquanto formas.

Quanto às formas espaciais, o que interessa não se circunscreve àquelas que separam e protegem, mas sim àquelas que propiciam a reunião e o encontro, que por sua vez estão a cada dia mais escassas devido à segregação tanto forçada quanto auto-sugerida que vivemos nas grandes metrópoles.

O território enquanto a porção de espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder nos é caro para a análise de possibilidades porque através dele podemos compreender quais são os jogos de poder inscritos naquele espaço e que influenciam na tomada de decisão da população. Assim, devemos perguntar: quem domina, governa ou influencia quem nesse espaço, e como?

Quanto ao lugar, ele manifesta a identidade de uma coletividade, a pertença. Deve haver a manifestação do lugar de cada coletividade na definição da malha territorial de um processo autônomo, devendo vir deles próprios. Este não parece ser o caso das cidades que vêm aplicando o orçamento participativo em seus planejamentos.

O capítulo seis trata da dimensão cultural do planejamento e gestão urbanos. O autor analisa a “falsa” dicotomia entre universalismo e relativismo cultural. Na verdade, a questão que devemos ter em mente não refere-se à escolha entre universalismo ou relativismo cultural, mas sim à pesquisa do que, em cada universo valorativo, serve a objetivos de opressão e alienação e o que serve a objetivos de emancipação.

No capítulo sete da Parte II o autor discorre sobre os argumentos contrários ao projeto de autonomia, tanto partindo dos “inimigos declarados” quanto dos “falsos amigos” oportunistas. Quanto aos primeiros trata-se, basicamente, da desconfiança e desdém dos teóricos elitistas e seus simpatizantes em relação ao povo “ignaro”. Quanto aos oportunistas, estes buscam votos mascarando processos heterônomos como se fossem parte do projeto de autonomia.

No capítulo oito Souza apresenta e disserta sobre um gráfico com uma escala de graus de abertura para a participação popular no planejamento e na gestão urbanos. Estes graus variariam da extrema heteronomia e máxima restrição da autonomia individual e coletiva nas quais nem as aparências são salvas (coerção) à extrema autonomia representada pela autogestão. O autor também apresenta indicadores de performance de um processo autônomo de uma determinada coletividade, por exemplo: profundidade decisória da participação; extensão da participação; grau de transparência e *accountability*; caráter participativo da malha territorial; inclusividade; e grau de suporte ativo à participação de “grupos vulneráveis”.

O capítulo nove aborda a descentralização territorial e a “ciberdemocracia” como dois artifícios imprescindíveis ao projeto de autonomia. Souza acredita que a centralização acarreta no aprisionamento das energias criativas da coletividade. Mas ele ressalta que a descentralização deve partir da própria população. Quanto à contribuição das novas tecnologias, elas devem permitir a participação deliberativa não-presencial, mas isto possui limitações, já que, principalmente em um país (semi)periférico, a exclusão digital ainda é enorme. Também há o problema de se garantir uma segurança satisfatória contra as fraudes. Ainda, o ciberespaço pode acabar por conspirar contra uma democracia real, já que diminui os encontros, contatos e diálogos entre pessoas.

Para fechar a Parte II, na qual Souza abordou possibilidades do projeto de autonomia dentro do binômio democracia representativa + capitalismo, ele coloca

primeiramente (capítulo dez) os limites da idéia de participação popular dentro deste mesmo binômio.

Em uma sociedade sob a tutela de um aparelho estatal, a participação, mesmo que conquistada, não deixará de ser uma participação consentida e subordinada. Há o permanente risco de cooptação estrutural por parte das instituições heterônomas. Também há o risco de uma coletividade acomodar-se com algumas conquistas pequenas.

O capítulo onze traz à luz o desafio da fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial da cidade. É aqui que Souza discute a segregação das metrópoles, tanto aquela clássica, “de empurramento dos pobres para espaços desprezados pelas elites e pela pequena burguesia” (p. 466), quanto a auto-segregação em condomínios exclusivos. Este processo segregacional é um desafio para a participação popular. Não há uma fórmula para vencê-lo, o que devemos ter em mente é sua existência para tentarmos driblá-lo com criatividade e a partir da própria sociedade.

Encerrando a obra, a Parte III apresenta cenários autônomos a partir de um horizonte radical, ou seja, não marcado pela heteronomia do aparelho estatal capitalista e sim pela autogestão e autoplanejamento.

O capítulo um apresenta o resgate da utopia, o “por que não?”. O autor discorre sobre as possibilidades de transformações nas sociedades atuais que as tornem autônomas, como a utilização das novas tecnologias para fins comunicativos, a organização de debates públicos em torno da produção cultural e dos meios de comunicação, o primado da prevenção sobre a repressão, e a existência de uma tensão saudável entre o “respeito à diferença” e os clamores éticos universalistas.

No segundo capítulo da Parte III, o foco é a reestruturação e refuncionalização do espaço pré-existente a fim de que este possa ser um espaço de uma sociedade autônoma.

O capítulo três evidencia a idéia da radicalização da descentralização territorial e do aprofundamento da ciberdemocracia. A descentralização permite que múltiplos territórios e múltiplas redes definam identidades legítimas, e que as coletividades autogeridas possam, a qualquer momento em que assim o decidirem, redefinir malhas territoriais e fronteiras.

O último capítulo antes da conclusão do livro (capítulo quatro, Parte III) disserta sobre os contextos supralocais, ou seja, sobre a necessidade de ações multiescalares ou transescalares se quisermos transformar a realidade. Esta idéia faz com que questionemos fórmulas simplistas como “agir localmente, pensar globalmente”.

Para Souza, a resistência contra a globalização capitalista não deve ser depositada somente no aparelho de Estado e partidos políticos, mas sim na sociedade civil organizada e mobilizada enquanto movimentos sociais. Para tanto, a sociedade civil precisa se auto-organizar, gerar significações imaginárias sociais alternativas ao capitalismo. A escala local é, nesse sentido, um grande laboratório para práticas que visam radicalizar a democracia e organizar a sociedade. Contudo, ela sozinha não possui todo esse poder, pois situações que demandam integração para implementar soluções em alguma escala supralocal surgem a todo instante.

PRINCIPAL TESE DESENVOLVIDA NA OBRA

As possibilidades de um planejamento e gestão os mais autônomos possíveis, partindo do vislumbre de uma sociedade autônoma radicalmente democrática e passando pela necessidade de se construir elementos autônomos mesmo nos marcos da sociedade heterônoma atual.

Reflexão final sobre a obra

É surpreendente a capacidade que o autor possui de desconstruir pré-conceitos e lançar novas luzes sobre idéias já desgastadas. Tudo, ou melhor,

quase tudo, passa a ser relativo, a ser olhado a partir de diferentes pontos de vista que contribuem para ver a realidade por inteiro.

Sem se furtar de fazer uma crítica feroz à globalização e ao sistema capitalista em que vivemos, o autor condena também os teóricos que se limitam a criticar tal sistema, não se dedicando à construção de alternativas concretas.

A argumentação do autor é uma espécie de “costura bem alinhavada” entre o que o capitalismo, o socialismo e a anarquia possuem de mais libertador para os povos. E é aí que se encontra a originalidade da obra. Souza acaba por desenvolver um outro paradigma, mas, diferentemente dos paradigmas clássicos, este é antes uma teoria aberta, em permanente construção e que deve respeitar as especificidades de cada caso.

O objetivo do autor não é, nem de longe, convencer-nos a acreditar em uma ou outra doutrina, mas sim fazer-nos crer que uma outra sociedade, mais liberta das amarras institucionais atuais (está aqui a metáfora da prisão), é possível e deve ser buscada.

Ademais, um fator importantíssimo é o destaque que o autor dá ao fato de esta ser apenas uma teoria aberta, ou seja, ele apenas nos orienta para novos horizontes de pensamento libertadores. Além de proporcionar um balizamento teórico sobre uma sociedade autônoma, o autor se preocupa em evidenciar linhas de ação e pesquisa empírica que são úteis a todos os cidadãos.

No que diz respeito ao espaço, podemos dizer que, mesmo partindo da ágora ateniense (descrita com uma riqueza de detalhes), o autor frisa a todo instante que esta disposição espacial não é um modelo e sim um apontamento do que pode vir a ser o espaço de uma sociedade basicamente autônoma. É também na utilização dos conceitos de território e lugar, bem como da análise trans e multiescalar, que o autor faz a ligação do tema com a geografia mais explicitamente.

A obra é de grande valia, todavia, não apenas para geógrafos e planejadores urbanos, mas para qualquer cidadão que possuir um mínimo de

interesse nas questões relacionadas à justiça social, pois é, no fundo, disso que se trata.